



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Alan Rick

EMENDA Nº - CMMPV 1208/2024
(à MPV 1208/2024)

Dê-se ao inciso I do *caput* do art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 1º
I – os art. 1º a art. 4º;
.....”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.208, de 2024, revoga dispositivos da MP 1.202/2023, que trata da reoneração da folha de pagamentos, entre outros pontos. Sempre fomos contrários à reoneração, que sob o disfarce de ajuste fiscal camufla um retrocesso em políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do País. A MP 1202 eleva o custo de empregar no Brasil, prejudica a competitividade da indústria e do comércio e ignora as decisões do Congresso Nacional.

Por duas vezes em 2023, o Congresso decidiu pela manutenção da desoneração da folha, derrubando o veto presidencial e aprovando a Lei nº 14.784, de 27 de dezembro de 2023. A MP 1202 desrespeita essa vontade, demonstrando descaso com o processo democrático e com os anseios da população. Não por acaso, apresentamos emenda a esta medida propondo a sua rejeição por completo.

Embora o governo tenha voltado atrás e revogado partes dos dispositivos, consideramos que o alcance da revogação está aquém do necessário. É preciso um olhar atento principalmente à compensação tributária, que corrige distorções quando as empresas pagam mais tributos que o devido, por meio da



geração de créditos a serem usados futuramente para abater valores e débitos junto ao Fisco.

A MP 1202 limitou essa prática e a utilização desses valores. Na prática, isso possibilita que o governo retenha um valor que é um direito devido ao contribuinte, inclusive reconhecido judicialmente, pagando em pequenas prestações. Essa situação aumenta a insegurança jurídica e a complexidade do sistema de pagamentos brasileiro, e impacta negativamente os caixas das empresas, sua segurança econômica e atratividade para investimentos. As limitações à compensação tributária podem gerar desestímulo a investimentos, aumento da capacidade ociosa da indústria e do desemprego.

A presente emenda busca corrigir possíveis desequilíbrios causados pela limitação à compensação tributária, por meio da revogação do dispositivo da MP 1202/2023 que introduziu a limitação dos créditos tributários, garantindo assim ao contribuinte previsibilidade jurídica em suas operações.

Por estas razões, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 5 de março de 2024.

Senador Alan Rick
(UNIÃO - AC)

